

A lua de mel de Angela Merkel

Publicação: [O Mundo em Português Nº61](#)

Data de Publicação: Fevereiro/Março de 2006

Autor: Anne-Marie Le Gloannec

Angela Merkel não teve uma vitória fácil: Gerhard Schröder recusou-se a reconhecer rapidamente a sua derrota, provocando um braço de ferro que fez com que o SPD acabasse por pesar tanto no governo da Grande Coligação como a CDU-CSU. Mas após este difícil começo, ela impõe-se, tanto na Alemanha como na cena internacional, como uma mulher política hábil e temível. Ganhou imediatamente a estima dos seus concidadãos: está à frente das sondagens, com 85% dos inquiridos a afirmarem que desejam vê-la a desempenhar um papel ainda mais importante. Somente o antigo ministro liberal dos Negócios Estrangeiros, Hans-Dietrich Genscher, teve uma tal quota de popularidade... E, na sequência da recente Cimeira de Bruxelas, os homens políticos, da França, da Grã-Bretanha, da Polónia, saúdam unanimemente o seu desempenho.

Na Alemanha, porém, a sua vida não será fácil. Sobre o país pairam pesadas tendências económicas e demográficas. O endividamento do país é considerável: passou dos 40,4 %, na época da reunificação, aos 60,0% em 1998, quando subiu ao poder a anterior coligação verde e vermelha, até chegar aos 64,2% em 2003. Uma boa parte deste números deve-se, é certo, às extraordinárias transferências feitas para o Leste (1 250 milhões de euros de 1991 a 2003) mas também ao desemprego e à demografia. 27,8 milhões de assalariados sustentam 45,9 milhões de inactivos. Os custos sociais explodem, apesar de Hartz IV ou, na verdade, em parte devido a esta reforma, introduzida a 1 de Janeiro de 2005, pensada para reduzir o fundo de desemprego, o rendimento mínimo garantido e as pensões, mas que derrapou, abrindo a via a múltiplos abusos. O serviço da dívida atinge os 16 % do total da despesa, sendo ultrapassado apenas pelas despesas sociais.

A Grande Coligação quer, assim, sustentar as finanças públicas. A este propósito, é revelador que os parceiros da Grande Coligação tenham conseguido entender-se sobre uma questão central que não figurava, enquanto tal, nos programas, tanto de um como do outro partido: a questão das reduções orçamentais, com a redução das despesas de

funcionamento das administrações, da assistência em caso de doença, a supressão de isenções de impostos e... a reforma da reforma: a supressão das disfunções de Hartz IV, às quais se junta o aumento de três pontos na taxa de IVA, a partir de 2007. Por outro lado, o acordo de governo assinado pelos dois partidos prevê o relançamento do investimento, com 25 mil milhões de euros destinados, num período de quatro anos, às biotecnologias, às tecnologias de informação, ao espaço...., para inverter esta tendência de viver a crédito, hipotecando o futuro.

As reformas prometidas por Angela Merkel durante a campanha eleitoral tardam, porém, a ganhar consistência. É certo que a Grande Coligação prevê o alargamento até dois anos do período probatório antes da celebração de contratos de trabalho, a passagem para 67 anos da idade da reforma; mas será que pode ir mais longe? Os dois partidos do governo estão profundamente envolvidos nas primeiras eleições regionais, que decorrerão em Março, em Bade-Wurtemberg, na Renânia-Palatinato e na Saxónia-Anhalt, cada um pretendendo demonstrar que é mais social que o outro. A ministra da família, Ursula von der Leyen, propõe, nomeadamente, desagravamentos fiscais aos agregados com dois salários que usem as prestações familiares para tomar conta das crianças. Esta mãe de sete filhos quer incentivar os alemães a procriar, numa altura em que a taxa de natalidade alemã é uma das mais baixas do mundo. O SPD, por seu lado, contesta esta fórmula, pretendendo que haja uma maior justiça social. E não é só em relação à CSU bávara, presente no governo, que há diferenças. Chegamos assim a um paradoxo: a Grande Coligação está em boa posição perante a opinião pública, com mais de 50% dos alemães a considerarem positivo o seu trabalho, mas é tão frágil que pode quebrar a qualquer instante.

Enquanto Gerhard Schröder precisou de um ano para se estreiar na cena internacional, com a guerra do Kosovo, Angela Merkel não esperou para se impor enquanto diplomata – e para ofuscar o seu ministro dos Negócios Estrangeiros. Recém chegada ao cargo, foi a Paris, a Bruxelas, a Washington e a Moscovo e actuou como mediadora na Cimeira de Bruxelas, nomeadamente em relação aos polacos, a quem atribuiu um montante originalmente destinado aos Länder do Leste, na mais pura tradição kohliana. Em relação ao antecessor, Angela Merkel afirma a sua diferença, e trata-se de mais do que diferenças de estilo: onde Schröder entrava em força, Merkel é muito de nuances, gerindo as relações com uns e com outros. Mas, as suas escolhas também são diferentes das do chanceler anterior.

Em primeiro lugar, a liberdade: foi isso mesmo que a nova chanceler afirmou em Moscovo, encontrando-se com membros da oposição depois de ter reunido com Putin.

Enquanto Gerhard Schröder teria gostado de ver em Putin um democrata de puro sangue, Angela Merkel é muito mais uma europeia de Leste, próxima de Veira Vike-Freiberga, a dama de ferro letã que recusou ir a Moscovo para as cerimónias de comemoração do fim da Segunda Mundial.... Em Washington, adopta tons mais conciliadores, se bem que condenando firmemente os atropelos ao direito, nomeadamente em Guantanamo: não se trata de renovar as relações germano-americanas, relações de mais de quarenta anos, mas de considerar os Estados Unidos não como uma potência a desafiar mas como uma potência sobre a qual se apoiar.

É certo que a Chancelaria tem vínculos, fruto da história recente como das suas próprias escolhas. Ela não pretende renegociar o acordo germano-russo, concluído em Setembro de 2005, relativo à construção de um pipeline sob o Báltico, mas pretende consultar os polacos, que serão afectados por esse projecto – por um lado, porque não receberão direitos de passagem e porque os fluxos provenientes da Rússia poderão ser interrompidos sem afectar os países ocidentais. Gerhard Schröder tinha pura e simplesmente ignorado as queixas polacas, como tinha menosprezado os pequenos países enquanto que, no passado, a diplomacia alemã sempre tinha sabido cultivar as relações com estes países, para fazer deles seus aliados. A Chancelaria não poderá resolver todos os contenciosos das relações germano-polacas, nomeadamente na medida em que ela é favorável à criação de um Zentrum für Vertriebene, um centro sobre as expulsões, que os polacos não querem, na crença de que não alimentará o revanchismo. Mas em Bruxelas, ela aproximou-se espectacularmente do novo governo.

A sua política russa, porém, não se baseia no confronto. A Alemanha necessita da Rússia, o seu principal fornecedor de gás. E também necessita de Moscovo para encontrar soluções para o desafio nuclear iraniano. Enquanto Jacques Chirac escolheu, no pior momento possível, acenar com a ameaça nuclear em relação a Estados que apoiem terroristas, Angela Merkel apoia uma eventual solução russa – o enriquecimento do urânio iraniano na Rússia. Na verdade, a Alemanha de Angela Merkel e a França de Jacques Chirac não estão em oposição somente em determinadas questões, do IVA na restauração à reanimação da Constituição Europeia ... Em relação a esta, o desafio é de monta, mas não se vê qual das duas soluções poderá ser bem sucedida: Angela Merkel defende a Constituição tal como está, acrescentando um capítulo social, mas será que os eleitores franceses aceitarão essa «lavagem de cara»? A solução apresentada por Jacques Chirac ou Nicolas Sarkozy, ou seja, uma constituição extirpada da sua parte III, não pode ser aceite pelos Estados que já a ratificaram. E para além destes dossiers, há um nítido contraste entre uma França fatigada, mesmo isolada, com um Presidente sem fôlego e o renovado dinamismo da diplomacia alemã.

